

Movimentos sociais defendem a justiça climática em Cancún

2 de Dezembro, 2010 - 14:40h

Ricardo Coelho ^[1]

À medida que as negociações climáticas prosseguem em Cancún, onde os representantes de todos os países discutem o futuro do Protocolo de Quioto, os movimentos sociais pela justiça climática organizam-se para fazer com que as suas vozes sejam ouvidas.

A aliança Justiça Climática Já, uma rede de mais de 140 movimentos e organizações que defende a justiça social, ecológica e de género, exige que o acordo de Cochabamba seja respeitado, um apelo replicado pela Rede Ambientalista Indígena e vários outros movimentos. Este acordo, que resultou de uma cimeira de movimentos sociais realizada o ano passado na Bolívia, foi inicialmente considerado nas negociações climáticas mas acabou por ser retirado dos textos oficiais. A exclusão de um documento que reflecte as preocupações de centenas de movimentos sociais tem dado azo a duras críticas à organização da cimeira, a cargo do governo mexicano.

A Vía Campesina, um movimento internacional de agricultores, defende que a cimeira está destinada ao fracasso, dado que as negociações se centram em novas formas de mercantilizar o ambiente, como o mercado de carbono. Este movimento está a organizar várias actividades em Cancún, incluindo um fórum pela justiça climática, tendo já trazido milhares de activistas de toda a América para se manifestarem nas ruas.

Também presente em Cancún está a Global Alliance for Incinerator Alternatives (GAIA, Aliança Internacional para Alternativas à Incineração), um movimento que representa respigadores de lixo de países menos desenvolvidos. A ocupação destes trabalhadores, que recolhem o lixo reciclável nas lixeiras e assim contribuem para um tratamento mais ecológico dos resíduos, encontra-se em perigo devido à expansão de projectos de incineração de resíduos ou de aproveitamento do metano das lixeiras para geração de energia, projectos que têm sido financiados através do mercado de carbono por supostamente contribuírem para a redução de emissões.

A Coligação Global pelas Florestas entretanto lançou um relatório onde sintetiza os resultados de três anos de debates envolvendo 1750 pessoas de 24 países sobre o futuro das florestas. Do debate entre povos das florestas, indígenas, ambientalistas e académicos resultou uma recomendação para redireccionar a ajuda externa e os empréstimos dados ao abrigo de acordos multilaterais para projectos de reflorestação e preservação das florestas que envolvam as comunidades locais, em detrimento de infra-estruturas e indústrias poluentes. Melhores oportunidades económicas para os povos das florestas e o controlo da

corrupção também são apontados como prioridades para preservar as florestas.

A conclusão mais importante deste relatório é que o combate à desflorestação não exige um grande investimento financeiro, ao abrigo de um novo mecanismo de mercado, mas antes o fim do apoio a práticas destrutivas, como a energia de biomassa, as monoculturas de árvores e a mineração. A coligação assume assim uma postura crítica em relação à proposta conhecida como REDD (Redução de Emissões da Desflorestação e da Degradação de Florestas), pela qual os países desenvolvidos podem evitar reduzir emissões domesticamente investindo na preservação de florestas em países menos desenvolvidos.

Conclusões similares foram alcançadas no Fórum Internacional de Povos Indígenas sobre Alterações Climáticas, que ocorreu no passado fim-de-semana e juntou delegados de povos indígenas da América Latina, da América do Norte, da Antárctida, de África e da Ásia. A declaração final deste fórum menciona que a proposta REDD apenas é aceitável se estiver fora do mercado de carbono e se respeitar plenamente os direitos dos povos indígenas, assim como a sua participação e gestão dos processos de mitigação de emissões.

Os povos indígenas juntam-se assim a ONGs como a rede Friends of the Earth (Amigos da Terra), defendendo o fim do mercado de carbono, pelo qual as indústrias dos países desenvolvidos podem evitar cumprir com as reduções de emissões estipuladas em Quioto comprando direitos de poluição.

Artigos relacionados:

A diferença que um ano faz ^[2]

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogsfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

URL de origem: <http://www.esquerda.net/artigo/movimentos-sociais-defendem-justi%C3%A7-clim%C3%A1tica-em-canc%C3%BA>

Ligações:

[1] <http://www.esquerda.net/autor/ricardo-coelho>

[2] <http://www.esquerda.net/opiniao/diferen%C3%A7-que-um-ano-faz>